



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 24/2010

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Aos vinte e três dias do mês de Novembro de dois mil e dez, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e o Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

FALTAS

Foi justificada a falta da Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva por motivos profissionais e tomado conhecimento da impossibilidade do Dr. Daniel Alexandre Pulquério Pinto em substituir a referida Vereadora. -----

INÍCIO

Quando eram quinze horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Operações Orçamentais: um milhão, setecentos e sessenta e três mil, duzentos e nove euros e vinte e nove cêntimos.-----

Operações não Orçamentais: um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos-----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, a Presidente e o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia haviam proferido despachos sobre assuntos emanados da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico, da Divisão de Obras Particulares, bem como da Secção de Contabilidade – neste último caso referente à vigésima terceira Alteração/Modificação ao Orçamento 2010 – Despesa e à vigésima primeira Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2010 – Plano Plurianual de Investimentos – Actividades Mais Relevantes, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Acta. ---

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, interveio, começando por dizer que gostaria de propor um voto de congratulação alusivo aos acontecimentos do “25 de Novembro de 1975”. -----

Continuando, considerou que o “25 de Novembro de 1975” era uma data a recordar, pois trata-se de um marco decisivo para o triunfo da liberdade e para a consolidação do regime democrático português, cuja relevância histórica importa preservar e transmitir às gerações mais jovens. -----

Mais proferiu, a propósito, a seguinte declaração: -----

“No 25 de Novembro de 1975 foram definitivamente travadas as forças totalitárias que procuravam desvirtuar o espírito libertador do 25 de Abril,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

tentando instaurar em Portugal uma ditadura de inspiração surreal. -----
Embora o regime autoritário que vigorava em Portugal tivesse caído a 25 de Abril de 1974, a efectiva conquista da liberdade e do pluralismo democrático resultou de um caminho longo e difícil que teve o seu corolário a 25 de Novembro de 1975. A acção determinada e corajosa dos militantes que fizeram o 25 de Novembro, dos quais destaco o papel desempenhado pelo regimento de comandos, pôs fim à deriva extremista que ameaçava mergulhar Portugal num conflito interno de consequências imprevisíveis. -----
O PREC, o Verão quente das ocupações selvagens, das nacionalizações, o cerco à Assembleia Constituinte, o assalto á embaixada de Espanha, ou a entrada em greve do Governo, são hoje memórias longínquas, mas que devemos lembrar como perto Portugal esteve do abismo. -----
O dia 25 de Novembro de 1975 reveste-se de particular simbolismo para o município de Rio Maior, pois foi em Rio Maior que se impediu o avanço de forças que nunca quiseram acabar com a ditadura, quiseram isso sim mudar, mudar os ditadores”. -----
Terminou a sua intervenção manifestando a sua congratulação pelo triunfo dos valores da democracia e da liberdade. -----

VEREADOR, DR. GUILHERME FILIPE SALGADO GABOLEIRO. -----

O Vereador, Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, interveio, começando por questionar se a empresa que está a fazer assessoria jurídica da Câmara é a mesma empresa que elaborara a reestruturação administrativa dos serviços camarários, perguntando se o valor daquele contrato já contemplava o projecto apresentado para a reorganização dos serviços. Em caso negativo gostaria de ser informado se existia algum outro contrato. -----
Questionou também se o Executivo já dispunha da informação solicitada em anteriores reuniões de Câmara, nomeadamente sobre a empresa municipal DESMOR. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por se

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

reportar à última reunião de Câmara, em que a Presidente dera conhecimento de uma recomendação apensa à homologação da Conta de Gerência da Câmara de 2008, a qual fazia alusão, entre outras situações ao facto de o Presidente do Conselho de Administração da Desmor, ser o mesmo que o Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior. E como grande parte do período em causa fora da sua gestão e como efectivamente, nunca o Presidente da Câmara coincidira com o Presidente do Conselho de Administração da Desmor, considerava que a recomendação não se aplicaria à Câmara Municipal de Rio Maior. -----

Continuando solicitou uma cópia da citada recomendação e caso a Câmara não respondesse ao Tribunal de Contas, ele próprio faria esse esclarecimento.

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, referindo que já lhe haviam efectivamente sido enviados os documentos da auditoria feita pela BDO em suporte digital, solicitando que os mesmos lhe fossem facultados em papel.-----

O Vereador, continuando no uso da palavra, recordou o compromisso assumido na última reunião da Câmara, de voltar a abordar aquele documento não só pelas extrapolações que, na sua opinião, tinham sido excessivas e publicadas na Comunicação Social, as quais considerava como não sendo verdadeiras, querendo proceder em conformidade. Daí a necessidade de obter o documento em suporte de papel. Solicitou também o agendamento de uma reunião com a citada empresa, para se discutir amplamente as perspectivas apresentadas.-----

Terminou a sua intervenção, referindo que entregava à Presidente da Câmara alguns documentos relativos à candidatura aprovada sobre a creche de Malaqueijo e todo o processo da candidatura ao programa de acção para a Regeneração Urbana, para a cidade de Rio Maior. -----

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, voltou a usar da palavra

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

para fazer a seguinte intervenção : “Tenho de intervir no período antes da ordem do dia, para fazer algumas considerações sobre afirmações do Dr. Silvino Sequeira e do PS, relativamente à última reunião do executivo.-----

Encontrava-me ausente do país, nessa data, facto que, senão antes, foi conhecido pelos senhores vereadores do PS no inicio da reunião.-----

Não posso compactuar com insinuações anti-democráticas daqueles que, conforme foi assistido, confundem forma com substância, confundem poder com oposição, confundem democracia e pluralidade de opiniões com actos só admissíveis num país autoritário, fascista ou extremista. -----

Talvez os Senhores Vereadores, que não podem alegar nunca falta de experiência autárquica, queiram tapar o sol com a peneira e querer justificar a sua atitude inqualificável, com a minha ausência da reunião de Câmara. Quero deixar bem frisado que não fui eu quem retirou o quórum à reunião do executivo, que iniciou com 6 elementos. Foi o PS que abandonou a sala, qual birra de infantário, qual “fait divers político”. -----

Acredite Senhora Presidente, que não é esta a minha política, não é esta a política da maioria da coligação. Somos democratas. E num Estado de Direito democrático as pessoas votam a favor, contra ou abstêm-se. Não abandonam as salas! -----

O PS quer governar sem que os eleitores lhe tenham dado essa confiança. Perderam as eleições. Sim, caso ainda não se tenham apercebido, perderam as eleições. E por muitos votos. Deixem governar quem ganhou as eleições. Manifestem a vossa opinião, ajudem até a melhorar as decisões. A vossa larga experiência pode ser bem aproveitada e colaborar nas decisões! Mas não façam birras, não tomem atitudes como a que tomaram porque os eleitores não os elegeram a vós para romperem quóruns. As pessoas elegeram-nos a todos para tomarmos decisões com celeridade e acima de tudo, com seriedade. -----

Políticas de terra queimada não são para Rio Maior. Quem não quer deliberar fica em casa, dedica-se a outra vida. Quem não sabe respeitar as regras da democracia não pode estar em órgãos públicos com esta importância e responsabilidade. -----

Respeitem os resultados das eleições, a vontade do povo que vota. Os subterfúgios e a falta de frontalidade não cabem em órgãos que têm de defender o interesse público. Se não tiverem nada a apontar às nossas

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

propostas, votem a favor delas. Só lhes fica bem.” -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por dizer que não reconhecia legitimidade ao Vereador Dr. Nuno Malta para emitir juízos de valor sobre o desempenho dos Vereadores do PS.-----

Seguidamente, frisou que estavam cansados de serem confrontados com propostas apresentadas à última hora, sem que os Vereadores eleitos pelo PS sejam ouvidos ou envolvidos. Aditou que inclusive, já tinham explicado à Sra. Presidente e à Câmara que os Vereadores do PS não abdicam de serem membros de pleno direito do Executivo, posição essa que aliás está de acordo com o enquadramento legal existente. -----

Continuando no uso da palavra frisou que querem participar nas decisões e na formulação das propostas e não serem confrontados com os factos já consumados, recordando, também, que na última reunião não precisariam dos Votos do PS, para que a proposta passasse. O que se solicitara fora mais tempo para fazer a análise da proposta, pois a metodologia seguida não envolvera os Vereadores, já que se tal tivesse acontecido não teriam abandonada a reunião.-----

E aditou que a maioria do Executivo tinha obrigação de garantir quórum, dado terem a possibilidade legal de fazer a substituição respectiva do Vereador em falta. -----

Terminou afirmando que não podiam ser responsabilizados por uma situação que não era de todo possível cometer. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, referindo que subscrevia a intervenção do Vereador, Dr. Carlos Nazaré, -----

Seguidamente e reportando-se também à intervenção do Vereador Dr. Nuno Malta, referindo que aquela demonstrava incoerência de postura, já que anteriormente produzia afirmações sobre a democracia e liberdade e assim que terminara a sua nova intervenção solicitara à Presidente da Câmara para

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

continuar de imediato a reunião com a Ordem do Dia, não dando a possibilidade de os visados na intervenção puderem argumentar. -----
Opinou que o Vereador Dr. Carlos Nazaré fora suficientemente claro e explícito sobre a posição dos Vereadores do PS, afirmando que o Vereador Dr. Nuno Malta irá aprender, na continuidade do exercício de funções, que o voto contra, a abstenção ou o voto a favor têm que ser sustentado por quem é responsável. E tal como foi afirmado pelo Vereador, Dr. Carlos Nazaré, não lhes fora dada a oportunidade para sustentar qualquer tipo de voto. -----

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, voltou a usar da palavra para agradecer as intervenções feitas, considerando ser sempre interessante ouvir os comentários, mas opinando que as reuniões de Câmara serviam precisamente para discutir os assuntos e as diversas ideias que ali fossem explanadas. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

A Presidente, interveio, referindo-se à questão apresentada pelo Vereador Dr. Guilherme Gaboleiro, informando que o contrato de assessoria jurídica existente tem um valor reduzido, na medida em que contempla mais áreas, nomeadamente a reestruturação dos serviços. O valor indicado pelo BDO, por exemplo, foi cerca de 50 mil € só para esta última questão. -----
A proposta de reestruturação dos serviços municipais não acresce, assim, mais nada ao valor da prestação de assessoria jurídica. -----
Sobre os restantes elementos solicitados referiu que estes estavam a ser ultimados pelos serviços e brevemente seriam entregues ao Sr. Vereador. -----
Continuando no uso da palavra a Presidente entregou cópia da recomendação do Tribunal de Contas ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré conforme solicitado por este, procedendo à leitura da mesma. -----
Seguidamente, ainda no uso da palavra, opinou que a proposta de reestruturação dos serviços fora enviada com a antecedência prevista na lei, recordando a propósito a reunião de Câmara de 23 de Junho de 2004, onde

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

também fora deliberada uma reestruturação dos serviços, verificando-se pela leitura da acta que a mesma não fora discutida previamente com os Vereadores da oposição, nem tão pouco com os funcionários de então. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, voltou a usar da palavra, opinando que não era comparável a actual reestruturação, com a anterior, pois a dimensão da mesma era muito diferente e todo o enquadramento legal fora alterado. Aditou que a presente reestruturação compromete todo o futuro do município de Rio Maior, pois terá reflexão para muitos anos da Câmara Municipal de Rio Maior, com todas as pessoas e com todo o funcionamento municipal. Não se trata de uma proposta que se decida em dois minutos, deve ser devidamente ponderada. ---

VEREADOR, DR. GUILHERME FILIPE SALGADO GABOLEIRO. -----

O Vereador, Dr. Guilherme Gaboleiro, voltou a usar da palavra afirmando que não questionara os valores em causa por si, mas apenas se faziam parte do mesmo contrato os serviços de consultadoria jurídica e a reestruturação dos serviços. -----

A Presidente voltou a intervir, afirmando que dera já a resposta à questão apresentada pelo Vereador Dr. Guilherme Gaboleiro, na segunda parte da intervenção.-----

Continuando no uso da palavra e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira, informou que a BDO se disponibilizara para aferir algumas das questões apresentadas.-----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

RELATÓRIO FINAL DA CARTA DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS DO MUNICIPIO DE RIO MAIOR. -----

Foi presente à Câmara a informação nº. 113 do Sector de Intervenção Social,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

datada de 30 de Agosto, relativa ao relatório final da Carta de Equipamentos Sociais do Município de Rio Maior. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICIPIOS PORTUGUESES – RESOLUÇÃO DO CONSELHO GERAL DA ANMP – PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2011. -----

Foi presente à Câmara um email da Associação Nacional de Municípios Portugueses contendo a Resolução do Conselho Geral da ANMP, sobre a proposta de Lei do Orçamento de estado para 2011. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DGAL – REVISÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. -----

Foi presente à Câmara o ofício da DGAL – Direcção- Geral das Autarquias Locais, datado de 17 de Novembro de 2010, relativo à Revisão da Organização dos Serviços Municipais. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

VOTO DE CONGRATULAÇÃO – “25 DE NOVEMBRO 1975”.-----

A Presidente colocou o Voto de Congratulação apresentado pelo Vereador, Dr.Nuno Malta, no Período Antes da Ordem do Dia, à admissibilidade do Executivo, ao abrigo da previsão do artº. 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade. -----

A Presidente colocou à votação o citado Voto de Congratulação.. -----

Aprovado por unanimidade.-----

**DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 68º DA LEI
N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.**

DESPACHO N.º 55/PRES/2010 – SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – RECALENDARIZAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 55/PRES/2010, datado de 17 de Novembro de 2010, relativo à recalendarização da sessão extraordinária da Assembleia Municipal.-----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o Despacho em apreço, pelo qual se determinou solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal a recalendarização da Sessão Extraordinária daquele órgão inicialmente prevista para o dia 20 de Novembro, pelas razões ali invocadas. -----

DESPACHO N.º 57/PRES/2010 – CLAI DE RIO MAIOR – ALTERAÇÃO À CANDIDATURA À II EDIÇÃO DE “PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE A NÍVEL MUNICIPAL”, NO ÂMBITO DO FEINPT. -----

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 57/PRES/2010, datado de 18 de Novembro de 2010, acompanhado da informação conjunta número 157/SIS/CLAI/2010, relativo a CLAI de Rio Maior – Alteração à Candidatura à II Edição de “Promoção da Interculturalidade a Nível Municipal, no âmbito do FEINPT. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o Despacho n.º 57/PRES/2010, de 18 de Novembro, exarado pela Senhora Presidente da Câmara ao abrigo do n.º 3 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, pelo qual se determinou a aprovação da proposta de alteração à candidatura, apresentada em anexo à Informação Conjunta n.º 157/SIS/CLAI/2010, de 16 de Novembro. -----

ASSUNTOS DIVERSOS

PROCEDIMENTO DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS CAMARÁRIOS. -----

Foi presente à Câmara a Proposta nº. 5/PRES/2010, datada de 12 de Novembro de 2010, relativa ao procedimento de Reorganização dos Serviços Camarários. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA – A Presidente interveio, fazendo a apresentação do ponto, designadamente procedendo à leitura da proposta de deliberação. -----

VEREADOR, DR. GUILHERME FILIPE SALGADO GABOLEIRO -----

O Vereador, Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, interveio, começando por dizer que a reorganização dos serviços resultava de uma imposição legal e que passado um ano do Executivo estar em funções, apresentava uma proposta de organização, à pressa, com uma ideia de apresentação que não segue em nada a metodologia, pelo menos no seu entender, que fora proposta por quem apresentara o trabalho, sublinhando ainda o facto de se marcar a Assembleia Municipal sem que antes tivessem sido aprovados os assuntos para serem presentes aquele órgão deliberativo e sem que se tivessem realizado reuniões prévias com todo o Executivo. -----

Aditou que do que lera da proposta não sabia quais os dirigentes que tinham sido ouvidos, opinando que, para uma situação com esta importância, para o concelho e para a vida camarária, era importante que os restantes funcionários também tivessem sido ouvidos. -----

Continuando no uso da palavra, opinou que o estudo de custos apresentado não se encontra devidamente fundamentado, nem tão pouco a fundamentação da escolha deste procedimento e do modelo em causa, em detrimento de qualquer outro. Apresentava-se um facto consumado, como sendo o melhor, com os custos mais ou menos estimados, questionando onde é que estaria o estudo prévio, e as fundamentações técnicas e qual o método de trabalho que se tinham baseado, para justificar que outras possíveis soluções organizacionais não fossem mais rentáveis e justificativas do que a escolhida. - Terminou a sua intervenção reportando-se ao ponto 7 da proposta e afirmou

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

que não tinham sido solicitadas nem apresentadas propostas alternativas, opinando que se passara do ponto 1 para o ponto 9, sem que os Vereadores do PS tivessem sido ouvidos, em nenhum dos outros pontos intermédios. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por afirmar que o documento em apreço era extremamente importante, indo marcar para os próximos anos o funcionamento da Câmara Municipal de Rio Maior, mas constatava que a Lei habilitante para esta alteração já saíra há cerca de um ano, recordando a preocupação da DGAL, no sentido de fazer acelerar o processo, advertindo os municípios para as consequências do não cumprimento, até porque o diploma ainda vigente ficaria revogado a partir de Janeiro de 2011. -----

O Vereador, continuando no uso da palavra, opinou não concordar com o espírito da lei, porque deixava na Câmara e no Presidente da Câmara grande parte da responsabilidade do funcionamento de toda a estrutura da Câmara. ---
Afirmou que o anterior regime era pouco flexível, apenas podendo ser alterado pela própria Assembleia, contrariamente á nova Lei que permite que uma grande parte da estrutura municipal seja alterada, criada ou extinta pelo próprio Presidente da Câmara. Opinou que esses poderes deveriam estar na Câmara com possibilidade de delegação no Presidente da Câmara.-----

Ainda no uso da palavra, o mesmo Vereador referiu que, no seu entender uma reestruturação dos serviços da Câmara Municipal de rio Maior passaria por uma reflexão conjunta dos seguintes aspectos: qual a verdadeira situação da Câmara Municipal de Rio Maior; quais os recursos existentes e qual a sua avaliação de desempenho; quais as ineficiências e incapacidades existentes e onde se situaria a falta de eficácia e eficiência. -----

Em segundo lugar também deveria ser feita a análise sobre quais os objectivos a atingir e como se conseguiam atingir, nomeadamente envolvendo as pessoas, que no fundo são o melhor das organizações. Mais opinou que a Câmara Municipal de Rio Maior tem o privilégio de ter excelentes quadros, óptimos funcionários e fora um desperdício não ouvir as pessoas, ignorando, assim quais as suas aspirações e expectativas. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Continuando a sua intervenção, o Vereador referiu que se perdera cerca de um ano, mas se ainda se estivesse em tempo útil poder-se-ia apresentar uma proposta, validá-la e discuti-la e fazer o confronto com aquela que estava em discussão. Mas por mais boa vontade que houvesse, o prazo não o permitia já. Por fim, salientou que era apresentada uma macroestrutura, mas depois não é definida a micro estrutura, pelo que as pessoas envolvidas e os funcionários estavam na expectativa sobre os lugares a ocupar, criando-se uma insegurança muito grande para os recursos humanos da Câmara Municipal, o que considerava injusto. -----

Terminou a sua intervenção lamentando tratar-se de uma situação precipitada e que mais tarde, provavelmente teria de ser alterada. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, começando por dizer que consultara o site da DGAL, verificando haver sintonia com o que estava plasmado no novo regime jurídico para as Autarquias Locais, questionando porque razão se apresentava no documento um vencimento equivalente a dirigente de 2º. Grau, como limite máximo para a chefia das equipas multidisciplinares, pois na sua opinião o que vinha plasmado na Lei e também é interpretação da DGAL, é que não se trata do limite máximo, mas objectivamente a remuneração mínima ser a de dirigente do 2º. Grau, não se devendo criar a expectativa de que esses vencimentos possam ser negociados ou acordados em patamares inferiores. -----

Terminou a sua intervenção registando que o documento que fora apresentado como síntese do novo regime da reorganização dos serviços das autarquias Locais ser similar ao que fora disponibilizado pela DGAL, designadamente ao respectivo “site”. -----

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, interveio, começando por agradecer ao Dr. Ramiro Matos a apresentação que fizera deste assunto, na anterior reunião. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Seguidamente congratulou-se com a proposta apresentada, pois tratava-se, na sua opinião, de uma proposta inovadora que acima de tudo torna os serviços mais eficazes. Frisou que todas as Chefias tinham sido ouvidas.-----
Terminou a sua intervenção referindo que se não fosse a melhor solução o Executivo não a colocaria à votação.-----

A Presidente deu a palavra ao Dr. Ramiro Matos a fim de este prestar os esclarecimentos técnicos solicitados. -----

DR. RAMIRO MATOS. -----

O Dr. Ramiro Matos começou por responder ao Vereador Dr. Carlos Nazaré sobre a questão do actual regime ser diferente do anterior, considerando que efectivamente não o é, pois em termos estruturais já era possível fazer uma reorganização semelhante à que estava a ser proposta, sendo que a diferença substancial entre os dois regimes prende-se com a questão das competências, nomeadamente no que respeita aos órgãos competentes para fazer as aprovações, introduzindo a figura das equipas multidisciplinares, tanto mais que as equipas de projecto já existiam.-----

Continuando no uso da palavra, referiu tratar-se de uma nova forma de apresentação, possibilitando as estruturas flexíveis, ou seja unidades flexíveis, dado não ser competência da Assembleia Municipal definir um sistema rígido e permitindo, assim, que a Câmara e a Presidente possam proceder a alterações, quando efectivamente necessário e dentro dos limites aprovados pela Assembleia Municipal. -----

Ainda no uso da palavra e respondendo ao Vereador Dr, Silvino Sequeira, informou que conhecia bem as orientações da DGAL e fora sob essas orientações que se desenvolvera a proposta apresentada. -----

Sobre as citadas reuniões com o Executivo afirmou que nas diferentes reestruturações feitas anteriormente nunca tinham acontecido as pretendidas reuniões com os Vereadores da oposição, sendo esta uma decisão política. ----

Seguidamente esclareceu que a interpretação que estava, não era a pretendida, pois o que se pretendia dizer fora a existência de reuniões com os membros do executivo com funções.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Afirmou que, neste momento, o processo está na sua fase inicial, pois só após a Assembleia Municipal deliberar o limite das unidades flexíveis, voltará a ser presente a reunião de Câmara a questão das unidades e subunidades orgânicas e até lá as reuniões com os trabalhadores vão continuar a acontecer. Frisou que os pressupostos deste novo diplomas assentam em dois factores, nomeadamente: serviços mais eficientes e flexíveis e estruturas menos pesadas.-----

Continuando referiu que se tinha perspectivado uma outra proposta alternativa, que contemplava a existência de 2 departamentos, concluindo-se quer pela auscultação de alguns trabalhadores, quer por uma questão de custos, que ficaria equiparada à actual estrutura, sem qualquer tipo de ganho. Aditou que em termos de estrutura funcional, a proposta é praticamente similar à que está neste momento ocupada, mas substancialmente mais leve em termos de custos. -----

Sugeriu de seguida à Presidente que, após este primeiro momento do processo, em que se aprovam os limites máximos e a reunião onde se proporia ao executivo a confirmação efectiva das unidades, que todos os Vereadores pudessem apresentar propostas as quais seriam analisadas e será feito um estudo técnico critico das mesmas.-----

Sobre o suscitado valor do vencimento dos chefes das equipas multidisciplinares opinou que este era discutível e o diploma não refere só 2º grau, refere também 1º grau. E aditou que o diploma legal em causa vem concretizar algumas questões, tais como as que se prendem com as chefias intermédias de 3º, 4º ou mesmo 5º grau, tornando mesmo possível que as Câmaras possam criar chefias de todos os graus, inclusive para as equipas multidisciplinares.-----

Referiu também, que se se entender que, face à complexidade das equipas, devia fazer-se alguma discriminação positiva, ou negativa relativa aos vencimentos, aí a proposta deverá voltar à Câmara e à Assembleia Municipal. -

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, voltou a intervir, opinando haver outros entendimentos jurídicos, sugerindo que a Câmara solicitasse parecer à DGAL.- Ainda no uso da palavra, reportou-se ao facto de na metodologia seguida se referir Executivo Municipal e se era entendido tratar-se apenas da maioria que

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

integra o Executivo “residente”, sentiu-se excluído, o que não era admissível. -- Terminou a sua intervenção referindo que nos últimos anos do anterior mandato, tinham um processo em marcha de reforma administrativa, cujas acções envolviam sempre os Vereadores da oposição. -----

O Dr. Ramiro Matos, voltou a esclarecer que se tratara, provavelmente, de um lapso de escrita e significava executivo com funções executivas.-----

A Presidente, interveio, esclarecendo que já colocara nos seus documentos essa designação, precisamente para clarificar a interpretação que devia ser feita. -----

VEREADOR, DR.GUILHERME FILIPE SALGADO GABOLEIRO. -----

O Vereador, Dr.Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, interveio, solicitando ao Dr. Ramiro Matos que em próximos documentos tenha um pouco mais de cuidado nas afirmações, pois não é aceitável dizer que as reuniões são com os executivos municipais e depois dizer que considera executivos municipais, só os Vereadores da maioria. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr.Carlos Alberto Nazaré Almeida, voltou a intervir, começando por se congratular por pertencer ao Executivo e confirmar que não houvera reuniões com o Executivo Municipal, no sentido amplo do termo. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, começando por dizer que considerava a discussão deste ponto muito interessante, mas atendendo que detém o pelouro dos Recursos Humanos, o que também já acontecera em anteriores Executivos, opinou que quando se se faz uma reestruturação é sempre com a perspectiva que os serviços irão melhorar, que a produtividade aumente, tentando dar resposta a vários problemas que

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

persistem e também tentar que os custos com pessoal diminuam.-----
Recordou que nas várias reestruturações em que interviu, não se recordava de ter havido reuniões com os sete elementos do Executivo. -----
Continuando no uso da palavra, o Vereador opinou que, numa reestruturação ou se tem a adesão e colaboração dos trabalhadores ou não e se algo correr menos bem, o Executivo terá que assumir e repensar a situação.-----

A Câmara em face da proposta da Presidente, supra referida, designadamente, atentos os considerandos ali elencados. Deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores eleito pelo Partido Socialista, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 53.º, n.º 2 alínea n) e 64.º, n.º 6 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 5.º, 6.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro e artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, aprovar a reestruturação dos Serviços Municipais do Município de Rio Maior, nos seguintes termos: Adopção de um modelo estrutural misto, nos termos do artigo 9.º, n.º 2 e 12.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, mantendo a estrutura hierarquizada nas áreas funcionais de apoio ligadas com os domínios administrativo, financeiro e recursos humanos, as áreas técnicas ligadas com os domínios de obras públicas e particulares, equipamentos e demais áreas técnicas e as áreas sociais nucleares, optando-se pela estrutura matricial em áreas que se possam desenvolver por projectos, a definir por deliberação posterior da Câmara Municipal, sob proposta da Presidente; -----

- Definição de uma estrutura unicamente flexível, portanto sem estrutura nuclear, comportando o número máximo de 7 unidades orgânicas flexíveis, a criar pela Câmara Municipal, que definirá as respectivas atribuições e competências, sob proposta da Presidente da Câmara Municipal; -----
- Definição do número máximo total de 15 subunidades orgânicas, a serem criadas por despacho da Presidente da Câmara Municipal; -----
- Definição de um limite máximo de 6 equipas multidisciplinares, a serem criadas pela Câmara Municipal, sob proposta da Presidente da Câmara Municipal; -----
- Definição do estatuto remuneratório dos chefes das equipas

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

multidisciplinares, trabalhadores a nomear de entre efectivos do serviço, nos seguintes termos: -----

Remuneração: A correspondente à remuneração legalmente prevista para a direcção intermédia de 2.º grau, como limite máximo; -----

Despesas de Representação: As correspondentes às auferidas pela direcção intermédia de 2.º grau, como limite máximo; -----

Outras: As previstas na lei para os trabalhadores das autarquias locais, independentemente do cargo que ocupem. -----

Mais deliberou submeter a mesma à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

Fez a seguinte declaração de voto oral: “O nosso voto contra assenta, para além do mais, no facto de reconhecermos a similitude do documento sobre o novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, elaborado pela DGAL e o que foi apresentado pela empresa de auditoria na reunião de hoje. Mais registamos que fomos afastados da participação neste processo e entendemos que face à importância do mesmo, devia a maioria, ter tido o acto democrático de solicitar a participação de todos aqueles que aqui se encontram legitimamente eleitos pelos votos dos riomaiorenses, ainda uns maioritários e outros minoritários. Queria também referir que o nosso voto também assenta numa suspeição que não pudemos aceitar. Rio Maior tem hoje uma imagem como cidade do desporto, a importância que, de forma directa ou indirecta para a vida do Concelho de Rio Maior, tem a Escola Superior de Desporto que representa para a vida económica, social e cultural do concelho. Penso que afastar o que quer que seja relativo a Desporto, parece-nos errado. -----

Sentimos mágoa e não podemos de modo algum concordar com este afastamento, numa fase tão importante da vida de Rio Maior, como é o Desporto. -----

Questiono também o porquê deste modelo e não outro, bem como a falta de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

participação dos trabalhadores, pois estes não são só as chefias para além naturalmente da não participação de todo o Executivo. -----

Por outro lado, nos documentos que foram apresentados, registamos e não concordamos, embora aceitando a posição da maioria, a ausência de subunidades e de algumas unidades orgânicas, nomeadamente a subunidade orgânica das Obras Particulares. Acresce que não há clareza de custos nas equipas multidisciplinares, quantas pessoas as vão concretizar, nem a uma definição clara e precisa dos projectos que as injustificam. -----

Outro aspecto de salientar é a falta de calendarização temporal, que garanta o normal funcionamento do que vai entrar em vigor, nomeadamente, no que se reporta às antigas secções, das subunidades e até por uma questão de segurança para os próprios trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior, porque os executivos camarários passam, mas as pessoas ficam e quem vai dar execução a tudo isto são os trabalhadores. -----

A presente declaração de voto foi subscrita pelos Vereadores, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

Fez a seguinte Declaração de Voto oral: “Votei favoravelmente e penso que não há reestruturações perfeitas. Esta reestruturação é a do actual executivo e não é feita contra nenhum trabalhador desta Câmara Municipal. Numa primeira fase foram ouvidos os dirigentes, numa segunda fase serão ouvidos os restantes trabalhadores, salientando que para uma reestruturação ter êxito não pode de perto ser feita contra os trabalhadores. -----

Por outro lado os trabalhadores não têm que estar inseguros relativamente à manutenção dos seus postos de trabalho. -----

Estamos a contar com os trabalhadores da Câmara para nos apoiarem e serem o suporte desta “nossa” reestruturação. -----

Dizer também que, de acordo com a lei, a Presidente da Câmara tem competência para criar as subunidades orgânicas que entender, estando o Executivo sempre disponível para colaborar com todos os trabalhadores.” -----

A presente declaração de voto foi subscrita pelos Vereadores, Dra Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro e ainda pela Presidente. -----

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA. -----

Fez a seguinte Declaração de Voto, oral: “Votei favoravelmente esta proposta porque estou convencido que a Autarquia precisa desta alteração orgânica. É mais eficaz. Temos de dar mais energia ao nosso funcionamento, adequar os serviços aos novos tempos e virá-los para o cidadão, algo que se consegue com esta reestruturação.-----

Gostaria também de dizer que nunca pensara que este assunto fosse presente a reunião de Câmara, por duas vezes, pois sempre ouvi o Executivo dizer que agia de boa fé e não foi o que aconteceu.” -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, CASAL DA RIBEIRA, FREGUESIA DA VILA DA MARMELEIRA, EM NOME DE RAQUEL MORGADO SILVA BARBOSA (SOLICITADORA). -----

Foi presente à Câmara um pedido de certidão de aumento de compartes, sito em Casal da Ribeira, Freguesia da Vila da Marmeleira, em nome de Raquel Morgado Silva Barbosa (Solicitadora).-----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitados, certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

ÁREA FINANCEIRA

DEPOMOR, S.A. – AQUISIÇÃO DE TERRENO AO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – ATRASO NO PAGAMENTO. -----

Foi presente à Câmara a proposta nº. 6/PRES/2010, datada de 18 de Novembro, relativa ao processo da DEPOMOR, S.A. – Aquisição de Terreno ao

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Município de Rio Maior – Atraso no pagamento.-----

A Presidente, interveio, apresentando o presente assunto. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, opinando que a proposta está bem esclarecida, bem fundamentada, salientando o facto de a Câmara estar a esforçar-se no sentido de localizar mais algumas empresas, numa altura difícil de investimento. -----

Terminou a sua intervenção sugerindo à Presidente que desse conhecimento à Assembleia Municipal da presente deliberação.-----

A Presidente, voltou a intervir, referindo concordar com a sugestão apresentada, pelo Vereador Dr. Carlos Nazaré. -----

Aditou que a presente calendarização de pagamentos é a única possível, neste momento.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da proposta em apreço, aceitar a solicitação da Depomor, S.A., no sentido de a proposta em dívida, desde 30 de Outubro de 2010, no montante global de 405.273,29€ ser paga em seis prestações mensais e nos seguintes termos: primeira 30/11/2010; segunda 28/12/2010; terceira 30/01/2011; quarta 28/02/2011; quinta 30/03/2011; sexta 30/04/2011; acrescidas dos juros calculados nos termos previstos na escritura de compra e venda do terreno em causa. -----

Mais deliberou que seja apresentada garantia bancária até 28 de Dezembro do corrente ano para as prestações a pagar em 30 de Janeiro, 28 de Fevereiro, 30 de Março e 30 de Abril, todas do ano de 2011; -----

Mais deliberou que caso a Depomor não cumpra o plano de pagamentos, na prorrogação parcial, ora prevista, relativamente à prestação inicialmente agendada para 30 de Outubro de 2010, fique, desde já, a Presidente da Câmara Municipal autorizada a accionar a referida garantia bancária, pelos montantes em dívida e respectivos juros. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente esta proposta, dadas as diversas vicissitudes, mas na plena consciência que este assunto será do conhecimento da Assembleia Municipal.-----

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO. -----

Foi presente à Câmara uma informação da Divisão de Consultadoria e Contencioso, datado de 15 de Novembro de 2010, relativa ao Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa às Contas do Município de rio Maior – Nomeação de Auditor Externo.-----

A Câmara, face à informação em apreço, deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Rosa Lopes, Gonçalves Mendes e Associados, S.R.O.C., para auditor externo às contas do Município de Rio Maior, pelo prazo de três anos.-----

PATRIMÓNIO

EXPROPRIAÇÃO DE PARTE REMANESCENTE DE PRÉDIOS EXPROPRIADOS – RECLAMAÇÃO DE JOÃO BARBOSA RAFAEL E OUTROS. -----

Foi presente à Câmara a informação nº. DCC 794/2010, datada de 12 de Novembro, relativa a expropriação de parte remanescente de prédios expropriados – Reclamação de João Barbosa Rafael e Outros..-----

A Câmara deliberou por unanimidade promover à negociação com os proprietários das parcelas remanescentes em apreço, tendo em vista a aquisição dos mesmos por um preço justificável face aos montantes em referência.-----

Deliberou ainda dar conhecimento deste facto aos proprietários.-----

Saiu neste momento da Sala de Reuniões, a Presidente da Câmara, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, ficando o Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia a presidir à reunião.-----

DESPORTO E JUVENTUDE

DESMOR, EEM – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO 2011. -----

Foi presente à Câmara uma informação da Divisão de Desporto, datada de 18 de Novembro de 2010, sobre Desmor, EEM – Plano de Actividades e Orçamento para o Ano 2011. -----

O Vice-Presidente solicitou a intervenção do Director Executivo da Desmor, Dr. Carlos Coutinho. -----

O Director Executivo da Desmor, Dr. Carlos Coutinho, presente na sala de reuniões, interveio, começando por fazer a apresentação do documento em epígrafe, tendo referido que o Plano de Actividades fora feito de acordo com o fecho de contas a 30 de Setembro e que os gastos previsíveis para o ano de 2011 se encontravam explanados no orçamento. Realçou a redução em relação ao ano de 2010, em cerca de 20%, da dependência financeira da Câmara por parte da empresa Desmor, dizendo que a mesma será manifestada através do contrato-programa aquando da apresentação do orçamento da Câmara Municipal. Aludiu também à questão do défice de exploração no que concerne aos preços sociais cobrados pela Desmor, que terá um decréscimo em relação ao ano anterior em cerca de 170.000,00€, considerando a redução que fora feita ao nível das instalações desportivas, através dos clubes, num total de 45.000,00€ e de 8.000,00€ no contrato de dinamização para as actividades física e desportiva no concelho, totalizando uma redução total para o ano de 2011, por da Câmara Municipal em cerca de 225.000,00€, em termos de financiamento. -----

Na sua intervenção, o Director Executivo da Desmor, Dr. Carlos Coutinho, referiu que no ano de 2010 foram feitos muitos investimentos na Desmor, dando como exemplos, a substituição da unidade de tratamento de ar da piscina de 25 metros, totalmente suportada pela empresa, obras feitas no Centro de Estágios e Pintura do Pavilhão Gimnodesportivo. E salientou o facto

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

de terem sido obras realizadas sem necessidade de recorrer a contrato-programa específico.

Concretizou referindo que o objectivo principal do documento apresentado será a redução da dependência financeira da Câmara Municipal, por parte da empresa municipal Desmor, dizendo que em sua opinião será esse o propósito de uma empresa pública. -----

O Dr. Carlos Coutinho a sua intervenção, sobre a questão dos proveitos da empresa e apesar de todas as reduções de verbas e das contenções dos orçamentos por parte dos seus clientes, nomeadamente das Federações, referiu a elevada expectativa no aumento de receita para o ano de 2011, considerando uma atitude arriscada, face ao cenário actual, mas por outro lado muito positiva. -----

O Vereador, Dr. Guilherme Gaboleiro, interveio, colocando algumas questões ao Director Executivo da Desmor, Dr. Carlos Coutinho, sobre o assunto em discussão, designadamente: -----

- Não cumprimento dos estatutos da empresa, dado que o Plano de Actividades deveria ter sido remetido à Câmara até dia 30 de Outubro; -----
- Qual seria o novo modelo de orgânica da empresa, quando iria ser apresentado e o porquê da alteração, tendo em conta o novo modelo de gestão apresentado na reunião de câmara de 12 de Fevereiro do corrente ano. -----
- Na Prestação de Serviços na área da Medicina Desportiva, como é que iria ser feita e quem se iria contratar e com que verbas? -----
- Na Prestação de Serviços de enquadramento Técnico Desportivo, como é que iria ser feita, quem iria ser contratado e com que verbas? -----
- Onde se enquadram as duas Prestações de Serviços referidas anteriormente, no objecto social da empresa? -----
- Sobre o reforço do capital social da empresa, como, quanto e quando será apresentado? -----
- Quais serão os valores e quando seriam apresentados relativos à actualização dos tarifários para as áreas dos Pavilhões e Campos de Futebol?
- Quais serão os valores e quando seriam apresentados relativos à actualização dos tarifários para as Piscinas? -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

- No que concerne à celebração de Contratos-Programa específicos com a Câmara Municipal para cobrir as despesas de investimento na manutenção e conservação estrutural dos equipamentos municipais, pretendia saber se seria um aumento de verbas e onde é que os mesmos se encontram reflectidos? ----
- Sobre a celebração de Contratos-Programa específicos com a Câmara Municipal para financiar programas de desenvolvimento desportivo como forma da promoção da saúde, onde se encontram reflectidos no orçamento? -----
- No que respeita ao Centro de Estágios e Formação Desportiva face à previsão de criação de passes sociais para os funcionários e pintura exterior do edifício, quais serão os seus custos? -----
- Finalmente, no que respeita ao Pavilhão Polidesportivo, em termos da pintura exterior de todo o edifício, referiu não ser o mais correcto, devido ao “Workshop” que fora feito no mesmo. -----

Terminado o período de questões sobre o Plano de Actividades, o Vereador, Dr. Guilherme Gaboleiro iniciou um outro período de perguntas mais genérico sobre a Desmor, nomeadamente, sobre o número de funcionários novos que teriam entrado para a empresa, em que funções e quais os vencimentos e se para o ano de 2011, haverá redução de funcionários ou novas contratações. ---

O Vereador, Dr. Guilherme Gaboleiro continuou de seguida na formulação de várias questões sobre o Plano de Actividades para a Desmor: -----

- Despesas com os juros bancários? -----
- Encargos com remunerações do pessoal do Quadro da Desmor? -----
- Prestação de Serviços na área da Medicina Desportiva, valores hora e a quem se destina? -----
- Número de Viaturas adquiridas, quais, a quem se destinam e qual o fim das mesmas? -----
- 15.000,00€ Em comissões, a quem se destinam e quais os funcionários abrangidos e qual o seu enquadramento? -----
- Acréscimo no valor dos materiais em cerca de 6.000,00€, qual a razão justificativa do aumento? -----
- Aumento de gasóleo? -----
- Despesas com gás e electricidade que deveriam diminuir, face ao

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

- investimento na eficiência energética. -----
- Aumento das Rendas e Alugueres? -----
 - Despesas com viaturas próprias no ano de 2010? -----
 - Despesas de renumerações com os Órgãos Sociais, deverão ter em conta as medidas restritivas por parte do Governo? -----
 - Contrato com o Dr. Sérgio Santos, questionando, nomeadamente, o seu tempo duração. -----
 - Aumento de remunerações com o pessoal? -----
 - Aumento de outras despesas com o pessoal: quais são, a quem se destinam e qual a sua finalidade? -----
 - Política de atribuição dos prémios de produtividade ao pessoal da empresa? -----
 - Assistência médica e medicamentos, a quem se destinam? -----
 - Programas Desportivos? -----
 - Subsídio à exploração por parte da Câmara? -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, interveio, dizendo ser a Desmor uma empresa tutelada pela Câmara Municipal, conforme os seus estatutos. Referiu-se à proposta de criação de um novo regulamento e quadro de pessoal, questionando os que tinham sido aprovados anteriormente. Aludiu à actualização dos tarifários para as áreas dos Pavilhões e Campos de Futebol, questionando o poder tributário da empresa e invocando para tal os estatutos respectivos. -----

Na sua intervenção, o Vereador disse que na sua opinião existem uma série de equívocos no documento apresentado, mormente no que respeita aos poderes de superintendência e tutelares da Câmara. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, aludiu também aos custos sociais da Desmor e à razão do contrato-programa com a empresa. -----

Concluiu manifestando as suas dúvidas no que respeita à legalidade de algumas das situações apresentadas no Plano de Actividades. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, interveio, referindo-se às notícias vindas na comunicação social, como tendo que ser clarificadas para não existirem dúvidas na opinião pública, nomeadamente, no que respeita às transferências para a Desmor, se existem ou não. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O Director Executivo da Desmor, Dr. Carlos Coutinho interveio, respondendo às questões que foram colocadas pelos Vereadores, realçando as opções de gestão da empresa, que estabelece uma menor dependência financeira da Câmara Municipal. Quanto ao novo modelo de organização da empresa, disse que o mesmo terá em conta a auditoria financeira feita à Desmor, considerando que a estrutura estava mal organizada, no que respeita à comunicação interna da empresa, ou seja, do organigrama e que brevemente será apresentada. Aludiu à questão da avaliação do desempenho dos funcionários, nomeadamente dos que estão requisitados à Câmara, que nunca fora feita e que irá ser realizada, para que os mesmos não continuem a ser penalizados.

No que se refere às diversas propostas de alterações de preços no respeitante às instalações desportivas e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré, disse que os mesmos serão feitos em conjunto com a Câmara de acordo com os estatutos da empresa, excepto os relativos à tabela de preços com o Centro de Estágios, tendo em conta à última alteração aos Estatutos da Desmor, que foram aprovados, realçando o facto como uma lógica de mercado, tendo em vista a concorrência com outros prestadores de serviços. -----

O Dr. Carlos Coutinho, no que se refere à medicina desportiva disse que a medida irá aliviar os custos dos clubes do concelho através dos diversos exames médicos que serão realizados através da empresa. Falou também do enquadramento técnico que irá ser implementado na empresa, considerando-o como um grande passo que o mesmo irá dar e que tal medida proporcionará mais receitas e menor dependência da Autarquia em termos financeiros. -----

O Dr. Carlos Coutinho, no que respeita ao aumento do capital social da empresa, disse que o mesmo será feito de acordo com as conversações com o Município e que irá proporcionar uma maior capacidade à Desmor e à Câmara. Em relação à questão apresentada sobre os investimentos específicos, disse que a mesma se encontra referida no Plano de Actividades e que os mesmos serão feitos faseadamente de acordo com as receitas da Desmor, dando como exemplo a substituição da unidade de tratamento do ar que fora feita sem recurso a contrato-programa específico. -----

O Dr. Carlos Coutinho referiu que em relação à pintura do Pavilhão Polidesportivo e do Centro de Estágios, a mesma é urgente. -----

Aludiu também à questão da entrada de novos funcionários, dizendo que se

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

prendera com o preenchimento de lacunas, tendo em vista também a rotatividade dos mesmos e o aumento da taxa de ocupação diária do Centro de Estágios, durante o próximo ano. -----

No que respeita à contratação pública, disse que o primeiro contrato na empresa fora feito em Maio de 2010 e que o mesmo se encontra publicitado na base de dados do governo. -----

Em relação às despesas com o jurista referiu que as mesmas se encontram discriminadas nos serviços especializados. -----

Informou também quais foram as viaturas adquiridas, nomeadamente, um veículo comercial e um outro de passageiros, o que permitirá uma maior resposta em termos de transporte de atletas e que em termos de quilómetros pagos em viatura própria no ano de 2007, 2008, 2009 e 2010 tinham sido gastos cerca de 36.000,00€, dizendo que o aluguer irá permitir uma melhor gestão dos dinheiros públicos. -----

O Dr. Carlos Coutinho, no que respeita aos valores das comissões cobradas, disse que irá ser adoptado um novo sistema, tendo em conta a angariação de estágios que forem feitos pela Desmor e por outras empresas. -----

Na sua intervenção o Director Executivo da Desmor, disse que o aumento de valores de algumas rubricas contabilísticas se prendia com a desacertada classificação das mesmas. -----

No que respeita aos Fornecimentos e Serviços Externos, disse que poderá haver uma redução dos mesmos, na ordem dos 170.000,00€, tendo em vista uma candidatura ao QREN que irá ser feita, salientando a redução de despesa que fora conseguida pela empresa durante os primeiros dez meses do ano. ----

Aludiu também à questão apresentada no que respeita à assistência médica e medicamentos, dizendo que a mesmas têm a ver com os custos de saúde com a ADSE. -----

Informou também que irá ser assinado um contrato com o aval do Comité Olímpico Brasileiro, no dia 3 de Dezembro do corrente ano, no valor de 120.000,00€ anuais, estando o mesmo enquadrado no Plano de Actividades como Serviços Técnicos. -----

Aludiu ainda à comparticipação financeira trimestral a dar aos funcionários, tendo em conta que a empresa não paga horas extraordinárias e que a mesma se encontra aprovada desde o ano de 2003, referindo-se também à política dos

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

prémios de produtividade, tendo em conta o desempenho dos funcionários e que na sua opinião se houver aumento de receita, não considera existir impedimento para a referida atribuição. -----

O Dr. Carlos Coutinho, em relação ao tempo de duração do contrato do Dr. Sérgio Santos, justificou o mesmo tendo em conta o contrato que irá ser feito com a citada entidade do Brasil, na área do triatlo, que durará até ao ano de 2016, dizendo que tal facto não irá afectar gestões futuras. -----

No que respeita à aplicação dos novos preços a aplicar para os pavilhões e para as piscinas, disse que os mesmos entrarão em vigor após a aprovação pela Câmara. -----

O Dr. Carlos Coutinho, conclui, dizendo que fora uma opção da Câmara ter sido presente somente o Plano de Actividades para a Desmor e que o mesmo terá como base o contrato-programa a apresentar futuramente e que o mesmo informa dos valores da comparticipação municipal em relação à diferença do custo real e o preço social a praticar. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta, interveio agradecendo a apresentação feita pelo Director Executivo da Desmor, Dr. Carlos Coutinho do Plano de Actividades para a Desmor e congratulou-se com a proposta em apreço. -----

O Vereador, Dr. Guilherme Gaboleiro, interveio agradecendo a disponibilidade que lhe fora dada para efectuar as suas intervenções. -----

A Câmara deliberou de acordo com a informação em apreço e face ao indicado no Artigo 39º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro e do nº 2 do Artigo 16º dos Estatutos da DESMOR, E.E.M., aprovar, os instrumentos de gestão previsional apresentados pela DESMOR, E.E.M., para o ano 2011, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e do Vice-Presidente aqui no uso do voto de qualidade e com o voto contra dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

“Votei contra esta proposta porque ela apresenta, no meu entender, soluções de legalidade duvidosa, designadamente, prémios, comissões, contratos fora do âmbito da tutela e por períodos superiores ao do mandato.” -----

A Presente declaração de voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente, porque penso que relativamente às ilegalidades que supostamente possam existir, à medida que os assuntos forem presentes à Câmara, que posteriormente, as mesmas se necessário serão colmatados e penso que no espírito de observância da lei, não existe nada que indique essa situação.” -----

A Presente declaração de voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro”. -----

A Presidente entrou neste momento na sala de reuniões de Câmara. -----

EMPREITADAS E FORNECIMENTOS

EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – BENEFICIAÇÃO DO TROÇO DA EN1 ENTRE A ROTUNDA DA AV. DE PORTUGAL E O ALTO DA SERRA – IC2 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL. -----

Foi presente à Câmara o Relatório Final, datado de 12 de Novembro de 2010, sobre Empreitada de Construção de Troços da Rede Viária Municipal – Beneficiação do Troço da EN1 Entre a Rotunda da Av. de Portugal e o Alto da Serra – IC2. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o Relatório Final, nos termos apresentados pelo Júri do Procedimento relativo ao procedimento em apreço, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos e, conseqüentemente, adjudicar a referida empreitada à empresa Matos & Neves, Lda., no montante de € 286.334,99, valor ao qual acresce IVA à taxa

legal em vigor. -----

APROVAÇÃO DE ACTAS

Foi presente à Câmara a Acta nº 22/2010, datada de 12 de Novembro de 2010.

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a presente acta. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram dezoito horas, a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente acta, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Paulo António Pardal Dias Jorge, Director do Departamento de Administração Geral, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL: _____